

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.508.389 - SP (2019/0146536-7)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : CÍNTIA WATANABE E OUTRO(S) - SP148965
AGRAVADO : TRANSDOTTI TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA E
FILIAL(IS)
ADVOGADO : RAFAELLA PEDRUZZI E OUTRO(S) - PR068636

EMENTA

TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. ICMS. JUROS DE MORA APLICÁVEL. CONTROVÉRSIA DECIDIDA À LUZ DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE DISPOSITIVOS DE LEI ESTADUAL. COMPETÊNCIA DO STF. SÚMULA N. 280/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial da Fazenda do Estado de São Paulo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO MANDADO DE SEGURANÇA - ICMS Pretensão de retificação das CDAs, com a aplicação da taxa de juros limitada à SELIC, garantindo-se a celebração do parcelamento de débito (PEP), com o afastamento da Lei nº. 13.918/09 Parcial concessão da ordem em primeiro grau Pretensão de reforma Impossibilidade - Juros de mora fixados pela Lei Estadual n. 13.918/09 Inadmissibilidade Decisão do Pleno do TJSP pela inconstitucionalidade da referida taxa - Programa Especial de Parcelamento PEP - Acordo entre partes que não impede o contribuinte de discutir judicialmente os encargos cobrados quando estes tenham sido declarados inconstitucionais R. sentença mantida - Recursos improvidos.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.

No recurso especial, a recorrente alega, além do dissídio jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos: a) arts. 111, I, e 181, II, "d" do Código Tributário Nacional, sustentando que a adesão ao Programa Especial de Parcelamento impede posterior discussão acerca dos débitos; b) art. 161, *caput* e § 1º, do Código Tributário Nacional, aduzindo competência do estado para dispor acerca da taxa de juros de mora aplicável.

Houve contrarrazões (e-STJ fls. 527/544).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade pela conformidade do acórdão recorrido com o entendimento firmado nessa Corte em sede de recursos repetitivos quando do julgamento do REsp n. 1.133.027/SP no que diz respeito à revisão judicial da

confissão da dívida, bem como pela incidência da Súmula n. 280/STF.

Insurge-se a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial possui condições de admissão.

Houve contraminuta pela parte agravada (e-STJ fls. 638/649).

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A agravante impugnou o fundamento adotado na decisão de inadmissibilidade, razão pela qual, passo a análise do recurso especial.

Trata-se, na origem, de mandado de segurança impetrado pelo ora recorrido pleiteando a aplicação dos juros de mora não superiores à taxa Selic. O tribunal concedeu em parte a segurança para recalcular o débito com base na referida taxa.

A insurgência não merece prosperar.

Inicialmente, deixo de analisar a questão da rediscussão dos termos do acordo de parcelamento, tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c", em virtude do esgotamento da questão na Instância *a quo* nos termos do art. 1.030, §2º, do CPC.

No mais, com relação à taxa de juros, o TJSP afastou a sistemática da Lei Estadual n. 13.918/09 com fulcro na seguinte fundamentação (e-STJ fls. 448/449):

Por outro lado, o Estado não pode cobrar juros superior àqueles fixados pela União, em débitos federais (taxa SELIC), sob pena de inconstitucionalidade.

O artigo 24, inciso I, da Constituição Federal determina que é competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre "direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico".

Os parágrafos do referido artigo determinam, ainda, que a lei nacional (União) deve dispor sobre normas gerais e a lei estadual, apenas complementar.

No caso, a lei estadual, em tese, ultrapassou o limite constitucional estabelecido, motivo pelo qual o artigo 96, da Lei nº 6.374/89, com a redação dada pela Lei nº 13.918/09, é inconstitucional.

Dáí porque a nova sistemática de incidência dos juros de mora para tributos e multas estaduais, determinada pela Lei nº 13.918/2009, que alterou a Lei nº 6.374/89, foi julgada inconstitucional pelo Egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça em 27/02/2013, como restou ementado:

[...]

Depreende-se do excerto que a controvérsia foi solucionada à luz da declaração de inconstitucionalidade da sistemática de incidência dos juros prevista na legislação estadual, e não à luz da legislação infraconstitucional.

Dessa feita, não cabe a esse e-STJ rever a conclusão a que chegou o Tribunal de origem sob pena de usurpar a competência do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

CONSTITUCIONAL. POLICIAL MILITAR TEMPORÁRIO.
CONTRATAÇÃO NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 10.029/2000 E DA
LEI ESTADUAL 11.064/2002. DECLARAÇÃO DE
INCONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS. ANÁLISE DE

MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Conforme dispõe o art. 105 da CF, a competência do Superior Tribunal de Justiça restringe-se à interpretação e uniformização do direito infraconstitucional federal, restando a impossibilidade de exame de eventual violação a dispositivos e princípios constitucionais, sob pena de usurpação da competência atribuída ao STF.

2. Com efeito, das próprias razões do Recurso Especial é possível depreender o caráter constitucional da demanda, no qual o recorrente pleiteia a condenação da recorrida ao pagamento de Direitos Sociais (13º salário, férias e adicional de insalubridade) em virtude da declaração de inconstitucionalidade das normas que autorizaram sua contratação.

3. **Dessa forma, muito embora tenham sido citados dispositivos infraconstitucionais, a matéria foi dirimida sob enfoque eminentemente constitucional. Descabe, pois, a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significa usurpar competência do STF.**

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1726948/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/04/2018, DJe 25/05/2018)

No mais, a questão demanda análise de norma de direito local, inviabilizando o conhecimento do especial no ponto em virtude do óbice da Súmula n. 280/STF.

Cito:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ITCDMI. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. DISCUSSÃO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL. TEMA NÃO APRECIÁVEL EM RECURSO ESPECIAL. ANÁLISE DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.

[...]

4. **Na linha da jurisprudência do STJ, o Recurso Especial não pode ser utilizado para examinar a inconstitucionalidade de lei estadual, no caso o Decreto Estadual 55.002/2009, pois denota, além de matéria a ser decidida pelo Supremo Tribunal Federal em Recurso Extraordinário, ser norma de caráter local, inviável de exame em apelo nobre, por aplicação analógica do óbice da Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".** Precedentes: REsp 1.053.260/SP, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 13.3.2018; AgInt no AREsp 1.100.491/SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 28.11.2017; EDcl no REsp 1. 426.210/RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Seção, DJe 1.9.2017; AgRg no REsp 1.465.377/SP, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 29.5.2015; AgRg no AREsp 632.681/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 16.3.2015.

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1797510/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 22/04/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

